

Memória, história e resgate cultural Xokó



Renascemos para nunca mais morrermos

A comunidade da Ilha de São Pedro, conhecida como Aldeia Indígena Xokó, está localizada no município de Porto da Folha, no Alto Sertão de Sergipe, às margens do rio São Francisco, onde habitam 138 famílias e 395 pessoas em um território de 4.317 hectares.

A história do povo Xokó, assim como a de outros povos do sertão, foi atravessada pela colonização. Durante as missões religiosas, que ocorreram do século XVII ao XIX, esse povo indígena foi catequizado pelos jesuítas e capuchinhos. Para eles, isso os levou à “perda da identidade cultural”, já que eram obrigados a não praticar abertamente seus cultos sagrados, a exemplo do Toré.

Um dos contribuintes nesse processo foi o Frei Doroteu de Loreto, missionário na pequena ilha de 1849 até o ano de sua morte, 1878. Aplicou medidas punitivas prejudiciais à população indígena Xokó, obrigando-a, de forma estratégica, a praticar seus costumes tradicionais na Caiçara, uma antiga fazenda que hoje faz parte do território indígena. Os Xokó também eram obrigados a arrendar suas terras aos fazendeiros por quantias injustas, ficando sem fonte de sobrevivência, pois os valores dos arrendamentos, em sua maioria, eram aplicados nas despesas da igreja, e, assim, ficavam sem trabalho e mais dependentes dos latifundiários do sertão de Porto da Folha.



No século XIX, depois da Lei de Terras de 1850, que dava brechas para que as terras indígenas fossem arrendadas, o território da Caiçara foi cobiçado pelos grandes latifundiários, aumentando, conseqüentemente, os conflitos territoriais entre indígenas e fazendeiros da região. Em 1859, a Ilha de São Pedro recebeu, à época, o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, que estava viajando pelo baixo São Francisco em embarcação a vapor. De acordo Lucimário Apolonio Lima, conhecido como cacique Bá Xokó, foi nessa visita que o Imperador se encantou com a cultura do seu povo e, ao saber que não havia terras reconhecidas, “deu-lhes” uma légua em quadra (13.932 tarefas). Na verdade, a narrativa oral Xokó confirma o que condicionava a legislação portuguesa do século XVIII, pois essa regulamentava de fato os terrenos indígenas no período colonial. Confirmada, portanto, em 1703, quando o Rei de Portugal determinava que cada aldeia recebesse uma légua de terra, onde se tivessem aldeamentos coloniais.

Na tradição oral Xokó, é comum ouvirmos que o fazendeiro em posse ilegal das terras nesse período, João Fernandes de Brito, conhecido como coronel João Porfírio, ao saber da promessa de “doação das terras”, organizou uma festa para enganar os indígenas. Heleno Bezerra Lima Xokó, líder da comunidade, conta que o objetivo seria a “dar bebida alcoólica e roubar o documento de doação”, apropriando-se do território e impedindo o direito reconhecido por Dom Pedro II.



“Resistimos até hoje, porque os nossos troncos que foram cortados e destruídos, viraram pó sobre a terra e estrumaram nossas raízes, e delas, ressurgimos”.
Anísio Xokó



Lute como uma mulher indígena



Por um longo período, esse fazendeiro oprimiu o povo indígena Xokó, fazendo com que muitas famílias abandonassem o território, migrando para outros estados e outras comunidades, a exemplo de Porto Real do Colégio, onde parte deles se uniu à comunidade Kariri de Alagoas, dando origem a comunidade Kariri-Xocó. Em Sergipe, ficaram apenas 22 famílias na Caiçara, tendo como fonte de sobrevivência a produção da cerâmica, pesca, cultivos de arroz, milho, feijão, dentre outros, resistindo aos ataques também de opressores latifundiários do sertão de Porto da Folha.

Em 1978, essas famílias se reuniram e começaram a discutir o futuro do seu povo, utilizando como estratégias de luta o cercamento e o acampamento na Ilha de São Pedro, dando início ao processo de reconquista do território indígena. Mesmo com o cercamento da Ilha, as famílias continuaram morando na Caiçara de 1978 a 1979, até a entrada definitiva na Ilha de São Pedro, em 9 de setembro de 1979.

Durante esse processo de luta, os Xokó tiveram apoio de líderes como Frei Enoque Salvador de Melo, Bispo Dom José Brandão de Castro, da Diocese de Propriá, Manoel Rodrigues de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto da Folha–SE, dentre outros. Apesar disso, os fazendeiros continuaram a perseguir os Xokó.



Somos o próprio corpo da resistência



Enquanto houver uma criança de cocá, teremos um futuro.



A natureza é meu escudo e a luta é meu lugar

Após muita luta e resistência Xokó, a Ilha de São Pedro foi desapropriada em 7 de dezembro de 1979, pelo governador de Sergipe, Augusto do Prado Franco (Decreto nº 4.530, de 07/12/1979), passando a documentação das terras da Ilha de São Pedro para a União e, conseqüentemente, ao usufruto dos indígenas. Teve início então o processo de reconquista do território Caiçara, que enfrentou muita resistência dos latifundiários. Os Xokó foram expulsos de modo bastante cruel pela polícia designada pelos próprios fazendeiros. Mas a comunidade não esmoreceu e, em 1991, conquistou a homologação definitiva da Caiçara e em 1993 tiveram seus direitos de posse garantidos em instância federal.

Reconquistadas a Ilha de São Pedro e a Caiçara, os indígenas viram a necessidade de formar lideranças e de se organizarem politicamente. Deram então início aos processos para eleger cacique e pajé, marcando o início de um processo de resgate identitário. Segundo Heleno Xokó, esse processo eletivo causava divisões entre os membros da comunidade, porém, hoje é realizado no ritual do Ouricuri, evitando, assim, esses conflitos internos”. Para ser escolhido/a, este/a deverá obrigatoriamente participar dos rituais do Ouricuri e ser uma liderança respeitada pelos residentes da aldeia, bem como valorizar, praticar e preservar a identidade cultural e tradições presentes na comunidade Xokó. Ao todo, já existiram oito caciques e três pajés na comunidade sendo o cacique Bá o atual líder e há 21 anos à frente do povo Xokó.



Para o cacique Bá, foi no dia 3 de maio de 2003 a partir da sua revelação como cacique do povo Xokó no ritual sagrado (Ouricuri), que de fato cada Xokó se reconheceu como indígena, pois antes “não tínhamos o respeito dos outros parentes como um povo indígena. Foi justamente com a renovação cultural e espiritual que aprendemos a fazer os nossos próprios trajes e artesanatos, redescobrimo também nossos cânticos que nos diferenciam das demais aldeias, pois, antes, cantávamos os Torés de outras comunidades”. Nesse período, também houve o despertar para o verdadeiro significado do Toré: que é uma dança indígena, onde se representa uma tradição, ou seja, a pintura, os trajes, os cânticos e o louvor em reverência ao criador da natureza. O Toré é praticado tanto em comemorações festivas quanto em momentos de tristezas.



Lucimário Apolonio Lima - Cacique Bá



Ilha de São Pedro - Aldeia Indígena Xokó

Sobre a organização da aldeia, a comunidade Xokó dispõe de um Conselho Tribal e Conselho de Saúde, que contribuem nas decisões. Com relação à educação, a escola tem o nome de Dom José Brandão de Castro, que lutou em favor dos Xokó. Segundo o cacique Bá: “os professores da escola devem introduzir nas disciplinas, de forma interdisciplinar, a história de luta da comunidade, que não está nos livros escolares, para que as crianças conheçam um pouco da história da sua localidade e o que as suas famílias viveram para conseguirem conquistar a terra que hoje vivem”.

A aldeia, atualmente, conta com uma belíssima unidade básica de saúde, uma estrutura física e gestacional rica em capacidade de assistência, além de uma equipe completa: dois AISAN (Agente Indígena de Saneamento), dois AIS (Agente Indígena de Saúde) e dois técnicos em enfermagem. Há também um médico, uma enfermeira e um dentista, que prestam serviços durante a semana; 6 motoristas, que se revezam em viagens de consultas, exames, urgências e emergências. Há, também, uma estrutura de articulação entre a Secretária de Saúde Indígena (SESAI), município e Estado para um melhor andamento nos casos de alta complexidade.

A comunidade possui também um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que presta serviços psicossociais e educacionais para crianças, adolescentes, idosos, viciados e alcoólatras. O processo de luta e resistência enfrentado pelo Povo Xokó fortaleceu a luta pelo seu território e por uma das suas maiores riquezas: a identidade cultural.